

**TERMO DE INCORPORAÇÃO DA
BANDEPREV - BANDEPE PREVIDÊNCIA
SOCIAL PELA SANTANDERPREVI –
SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

PARTES:

SANTANDERPREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, entidade fechada de previdência complementar, inscrita no CNPJ sob o nº 68.687.185/0001-98, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, CEP 04543-011, Vila Nova Conceição, município de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada pelos abaixo assinados e qualificados, doravante designada **SANTANDERPREVI** ou **INCORPORADORA**; e

BANDEPREV – BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL, entidade fechada de previdência complementar, inscrita no CNPJ sob o nº 11.001.963/0001-26, com sede na Rua Padre Carapuceiro, 733 – 7º Andar, CEP 51020-280, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, neste ato representada pelos abaixo assinados e qualificados, doravante designada **BANDEPREV** ou **INCORPORADA** e, quando em conjunto com a **INCORPORADORA**, designadas **PARTES**.

ANUENTES:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041, conjunto 281, Bloco A, CEP 04543-011, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado pelos abaixo assinados e qualificados, doravante designado **BANCO SANTANDER**;

BANCO BANDEPE S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.866.788/0001-77, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041, conjunto 111 – Parte 1 – Bloco A, CEP 04543-011, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado pelos abaixo assinados e qualificados, doravante designado **BANCO BANDEPE** e, quando em conjunto com o **BANCO SANTANDER**, designados **ANUENTES** e, em conjunto com a **BANDEPREV**, designadas **PATROCINADORAS**.

Considerando que:

- (i) a **INCORPORADORA** e a **INCORPORADA** são entidades fechadas de previdência complementar regularmente constituídas, cujas autorizações de funcionamento foram outorgadas pela autoridade governamental competente;
- (ii) a **INCORPORADORA** atualmente administra o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi, na modalidade de contribuição definida, inscrito no CNPB sob o nº 1992.0015-29, patrocinado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., entre outras patrocinadoras, que se encontra fechado para novas inscrições de participantes, configurando-se como um plano em extinção, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar 109/2001;
- (iii) a **INCORPORADA** atualmente administra 3 (três) planos de benefícios, todos estruturados na modalidade benefício definido, fechados para inscrição de novos participantes e, portanto, classificados como planos em extinção, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar 109/2001, a saber, **(a)** o Plano Básico, inscrito no CNPB sob o nº 1980.0019-11 e no CNPJ sob nº 48.306.624/0001-68, patrocinado pelo Banco Bandepe S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e pela própria **BANDEPREV**, doravante designado “PLANO BÁSICO”; **(b)** o Plano Especial Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar, inscrito no CNPB sob o nº 1998.0059-92 e no CNPJ sob nº 48.307.015/0001-23, patrocinado pelo Banco Bandepe S.A., doravante designado “PLANO ESPECIAL 1”; e **(c)** o Plano Especial Plano Especial nº 2 de Aposentadoria Suplementar inscrito no CNPB sob o nº 1998.0060-18 e no CNPJ sob nº 48.307.016/0001-78, patrocinado pelo Banco Bandepe S.A., doravante designado “PLANO ESPECIAL 2”; os quais, quando referidos em conjunto, são denominados “**PLANOS INCORPORADOS**”;
- (iv) o **BANCO SANTANDER** remeteu às **PARTES** correspondência abordando as razões pelas quais, como principal patrocinador das duas entidades fechadas de previdência complementar, entende que a incorporação da **BANDEPREV** pela **SANTANDERPREVI** racionalizaria a operação de ambas, trazendo economicidade à administração dos planos de benefícios;
- (v) devido à elevada idade média dos participantes e assistidos da **BANDEPREV** (72 anos), a referida entidade vem passando por uma redução acentuada no número de seus participantes e assistidos, tendência essa deve continuar a se observar, tendo em vista que todos os seus planos de benefícios estão fechados a novas adesões;

- (vi) a diminuição do número de participantes e assistidos da **BANDEPREV** faz com que se reduza, com o passar dos anos, sua viabilidade econômico-administrativa;
- (vii) a referida diminuição também tem gerado impactos na composição da governança da **BANDEPREV**, que tem tido cada vez menos candidatos disputando vagas para seus Conselhos Deliberativo e Fiscal, tendo nas eleições de 2024 restado vago um assento destinado à suplência do Conselho Fiscal da **BANDEPREV**, por falta de candidatos interessados;
- (viii) a incorporação de entidades fechadas de previdência complementar é operação disciplinada pela legislação setorial, estando expressamente prevista no inciso II, do artigo 33, da Lei Complementar 109/2001, para a qual é requerido o licenciamento prévio pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”);
- (ix) de acordo com o “Relatório 2023 da Previdência Complementar Fechada”, publicado pela PREVIC, o setor de previdência complementar tem passado por um movimento de consolidação de entidades fechadas de previdência complementar, movimento esse em que entidades mais estruturadas e adaptadas ao ambiente contemporâneo têm ocupado o espaço de outras entidades, que deixam de existir;
- (x) a incorporação não afeta ou prejudica os direitos previdenciários dos participantes da **INCORPORADA** ou da **INCORPORADORA**;
- (xi) as **PARTES**, pelos seus respectivos Conselho Deliberativos, aprovaram a incorporação da **BANDEPREV** pela **SANTANDERPREVI**;
- (xii) inexistem decisões judiciais ou administrativas que impeçam a operação objeto deste Instrumento;

RESOLVEM as **PARTES**, pelo presente Instrumento, com expressa anuência das **ANUENTES** estabelecer os termos e condições que deverão reger a incorporação da **INCORPORADA** pela **INCORPORADORA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** O presente Instrumento tem por objeto a incorporação da **INCORPORADA** pela **INCORPORADORA**, operação essa doravante designada **INCORPORAÇÃO**.

TERMO DE INCORPORAÇÃO DA BANDEPREV - BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL PELA
SANTANDERPREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

- 1.2. A **INCORPORAÇÃO** vincula os participantes, os assistidos e seus beneficiários, bem como as **PATROCINADORAS** dos **PLANOS INCORPORADOS**.
- 1.3. A **INCORPORAÇÃO** não altera ou restringe os direitos adquiridos e acumulados, assim como não altera benefícios, custeio e condições aplicáveis aos participantes, assistidos e respectivos beneficiários em relação aos **PLANOS INCORPORADOS**.
- 1.4. A **INCORPORAÇÃO** observará os procedimentos estabelecidos nas disposições regulamentares, estatutárias, na legislação aplicável e demais documentos pertinentes à operação, nos termos do respectivo processo que vier a ser aprovado pela PREVIC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DATAS RELACIONADAS À INCORPORAÇÃO

- 2.1. A **INCORPORAÇÃO** ocorrerá em observância às seguintes datas:
 - a) **Data Base:** o dia 31/12/2023, em que foram posicionados os dados e cálculos referenciais constantes do Relatório da Operação, destinados à instrumentalização da **INCORPORAÇÃO**;
 - b) **Data da Autorização:** aquela em que for publicado, no Diário Oficial da União, o ato da PREVIC que autorizar a **INCORPORAÇÃO**;
 - c) **Data Efetiva:** a data em que a **INCORPORAÇÃO** será concretizada, observando-se o prazo constante da Cláusula Quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS EFEITOS DA INCORPORAÇÃO

- 3.1. A **INCORPORAÇÃO**, além das consequências ínsitas à operação, nos termos da legislação civil/societária, produzirá, a partir da Data Efetiva, os seguintes efeitos:
 - a) a administração do **PLANOS INCORPORADOS** passará a ser de responsabilidade da **INCORPORADORA**, sem solução de continuidade, mantendo-se total independência e segregação entre o **PLANOS INCORPORADOS** e os demais planos de benefícios administrados pela **INCORPORADORA**;

- b) os **PLANOS INCORPORADOS** manterão suas denominações atuais, tal como previsto nos textos dos regulamentos adaptados que integram o processo de **INCORPORAÇÃO**, quais sejam, Plano Básico, Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar e Plano Especial Plano Especial nº 2 de Aposentadoria Suplementar, mantendo-se inalteradas as suas inscrições no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB;
 - c) a **INCORPORADA** será extinta, mediante sucessão, em todos os seus bens, direitos e obrigações, sem exceção, a título universal e para todos os fins, sem qualquer solução de continuidade, pela **INCORPORADORA**, que receberá a totalidade do ativo e do passivo da **INCORPORADA**, observando-se o cumprimento das formalidades legais;
 - d) o acervo da **INCORPORADA**, incluindo bens móveis e imóveis, contas bancárias, créditos e outros direitos e todas as dívidas e obrigações passivas, passarão para a titularidade da **INCORPORADORA**; e
 - e) os saldos das contas credoras e devedoras que constituem o ativo e o passivo da **INCORPORADA** passarão aos livros contábeis da **INCORPORADORA**, devendo ser alocados nas contas correspondentes, com as adaptações eventualmente necessárias.
- 3.2.** Até a Data Efetiva, a **INCORPORADA** continuará a arrecadar contribuições e a pagar benefícios relacionados aos **PLANOS INCORPORADOS**, que se manterão em operação, nos termos de seus respectivos Regulamentos.
- 3.3.** As variações patrimoniais ocorridas no período compreendido entre a Data Base e a Data Efetiva estarão refletidas nos balancetes dos **PLANOS INCORPORADOS**, do Plano de Gestão Administrativa (“PGA”) da **INCORPORADA** e nos demais documentos contábeis.
- 3.4.** A partir da Data de Autorização, a **INCORPORADA** tomará as providências cabíveis para formalizar a sucessão da integralidade dos seus bens, direitos e obrigações pela **INCORPORADORA**.
- 3.5.** Em decorrência da **INCORPORAÇÃO**, os seguintes imóveis, atualmente sob titularidade da **INCORPORADA**, passarão, a partir da Data Efetiva, à titularidade da **INCORPORADORA**, que, nos termos do item anterior, deve adotar as medidas necessárias para a formalização da sucessão de tais bens:

Endereço	Matrícula nº	Cartório de Registro de Imóveis
Av. Caxangá, 303, Bairro Madalena, Recife/PE	142	2º RGI – Recife-PE
Estrada do Arraial, 3874, Bairro Casa Amarela, Recife/PE	5.703	2º RGI – Recife-PE
Rua da Hora, 670, Bairro Espinheiro, Recife/PE	16.171	2º RGI – Recife-PE
Rua Sete de Setembro, 484, Bairro Boa Vista, Recife/PE	26.684	2º RGI – Recife-PE
Rua Padre Carapuceiro, 733 - Sala 701, Bairro Boa Viagem, Recife/PE	51.818	1º RGI – Recife-PE
Rua Padre Carapuceiro, 733 - Sala 801, Bairro Boa Viagem, Recife/PE	51.820	1º RGI – Recife-PE
Rua Padre Carapuceiro, 733 - Sala 802, Bairro Boa Viagem, Recife/PE	81.521	1º RGI – Recife-PE
Rua Apolo, 91, Bairro do Recife, Recife/PE	45.003	1º RGI – Recife-PE

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO E DO TERMO DE ADESÃO

4.1. A partir da Data Efetiva, restarão rescindidos os Convênios e o Termo de Adesão celebrados pelas **PATROCINADORAS** junto à **INCORPORADA**, elencados a seguir:

- a) Convênio de Adesão celebrado entre o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** e a **BANDEPREV** em relação ao **PLANO BÁSICO**, datado de 12/09/2002, aditado em 18/04/2010;
- b) Convênio de Adesão celebrado entre o **BANCO BANDEPE S.A.** e a **BANDEPREV**, em relação ao **PLANO BÁSICO**, datado de 14/02/2008;
- c) Termo de Adesão celebrado pela **BANDEPREV** em relação ao **PLANO BÁSICO**, datado de 14/02/2008.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO PARA FINALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

5.1. A **INCORPORAÇÃO** será finalizada na Data Efetiva, que será fixada pelas **PARTES** observando, como limite, o último dia do 4º (quarto) mês subsequente ao da Data da Autorização, podendo haver uma prorrogação desse prazo, por

igual período, mediante acordo entre as **PARTES** e prévia comunicação à PREVIC.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

- 6.1. Os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva da **INCORPORADA** que estiverem nessa condição na Data da Autorização terão seus mandatos assegurados até a Data Efetiva, após o que referidos órgãos estarão automaticamente extintos.
- 6.2. A **INCORPORADORA**, a partir da Data da Autorização, ficará investida de poderes para, agindo em seu próprio nome e em nome da **INCORPORADA**, tomar as providências cabíveis para a concretização da **INCORPORAÇÃO**, inclusive junto aos órgãos públicos competentes e às instituições financeiras, cabendo à Diretoria Executiva da **INCORPORADORA**, segundo as diretrizes legais e conforme definido pelo seu Conselho Deliberativo, tomar tais providências.
- 6.3. Até a Data Efetiva, caberá às Diretorias Executivas da **INCORPORADORA** e da **INCORPORADA** manterem os seus respectivos participantes, assistidos e patrocinadores informados sobre a **INCORPORAÇÃO**. Após a Data Efetiva, tal responsabilidade recairá, exclusivamente, sobre a Diretoria Executiva da **INCORPORADORA**.
- 6.4. A partir da Data Efetiva a **INCORPORADORA**, por sua Diretoria Executiva, será a única responsável por tomar as providências cabíveis junto aos demais órgãos públicos competentes para regularizar a **INCORPORAÇÃO**, conforme dispõe o presente Instrumento.
- 6.5. Os órgãos estatutários da **INCORPORADA**, na medida de suas atribuições estatutárias e até a Data Efetiva, bem como os órgãos estatutários da **INCORPORADORA**, na medida de suas atribuições estatutárias, responderão pelas obrigações contraídas em decorrência do presente Instrumento até o seu cumprimento integral.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS COMPROMISSOS DA INCORPORADORA

- 7.1. Sem prejuízo dos demais compromissos constantes deste Instrumento, como forma de garantir a representatividade dos participantes e assistidos oriundos da **INCORPORADA**, bem como manter a qualidade do atendimento a eles

prestado e evitar solução de continuidade, fica ajustado que a **INCORPORADORA** adotará as medidas elencadas nesta Cláusula.

7.2. A partir da Data Efetiva Conselheiros da **INCORPORADA** passarão a integrar um **Comitê de Transição** a ser constituído na estrutura da **INCORPORADORA**, de natureza consultiva, cujas funções consistirão em assessorar os órgãos estatutários da **INCORPORADORA** no encaminhamento de temas relativos aos **PLANOS INCORPORADOS**.

7.2.1 O **Comitê de Transição** terá duração determinada, funcionando até que se iniciem os mandatos dos Conselheiros Deliberativos e Fiscais da **INCORPORADORA** escolhidos em eleições das quais tenham participado, como eleitores e, se for o caso, candidatos, participantes e assistidos da **INCORPORADA**, sendo, a partir de então, dissolvido o **Comitê de Transição**, tendo em vista que os participantes e assistidos da **INCORPORADA** estarão representados pelos Conselheiros escolhidos em eleições das quais tiveram a oportunidade de participar.

7.3. A **INCORPORADORA** se compromete a manter estrutura temporária situada no município de Recife, Estado do Pernambuco, para a realização de atendimentos presenciais aos participantes e assistidos dos **PLANOS INCORPORADOS**.

7.4. A **INCORPORADORA** manterá o desconto das contribuições voltadas ao plano de saúde dos quais os participantes e assistidos da **INCORPORADA** são beneficiários, de modo a não gerar, com relação à operacionalização desse desconto em folha, qualquer impacto decorrente da operação de **INCORPORAÇÃO**.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE

8.1. As **PARTES** se comprometem a garantir o tratamento confidencial das informações a que tiverem acesso em razão da operação de que trata este Instrumento, assumindo a obrigação de não divulgar quaisquer elementos relativos aos respectivos bancos de dados e relatórios de cruzamento de informações para fins não aprovados e acordados entre as **PARTES**.

8.2. O dever de confidencialidade não é oponível a ordem judicial e determinação de órgãos fiscalizadores e não prejudicará o cumprimento da legislação setorial que dispõe sobre as obrigações de transparência a que as entidades fechadas

de previdência complementar estão sujeitas, notadamente a que consta do caput do art. 12 da Resolução CNPC nº 32, de 4 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1.** A **INCORPORADA** e as **ANUENTES** declaram que conhecem e concordam com o Estatuto Social da **INCORPORADORA**, com o Regulamento do PGA e outros regimentos e políticas internas da **INCORPORADORA**.
- 9.2.** A **INCORPORADA** e as **ANUENTES** declaram que conhecem e concordam com a composição dos órgãos estatutários da **INCORPORADORA**, estando ciente sobre as suas competências e duração dos mandatos.
- 9.3.** A **INCORPORADA** declara que deu conhecimento à **INCORPORADORA** de todos os contratos por ela mantidos, nos quais a **INCORPORADORA** lhe sucederá, cabendo a esta adotar, se necessário, as providências de formalização da sucessão.
- 9.4.** A **INCORPORADA** declara que deu conhecimento à **INCORPORADORA** de todos os processos judiciais e extrajudiciais nos quais ela é parte, nos quais a **INCORPORADORA** lhe sucederá, cabendo a esta adotar, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da Data Efetiva, as providências de formalização da sucessão e substituição processual.
- 9.5.** As despesas decorrentes da **INCORPORAÇÃO** serão suportadas pelo Fundo Administrativo registrado no PGA da **INCORPORADA**.
- 9.6.** A abstenção do exercício, por parte da **INCORPORADORA** ou da **INCORPORADA**, de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam, em virtude de lei, ato regulatório, convênio, regulamento ou deste Instrumento, não implicará renúncia de direitos ou extinção de quaisquer das obrigações neles previstas ou em novação, nem impedirá as **PARTES** de exercer, a qualquer momento, esses direitos e faculdades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

- 10.1.** O presente Instrumento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá eficácia a partir da data da publicação do ato de aprovação da **INCORPORAÇÃO** pela PREVIC, até o seu integral cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir eventuais questões oriundas do presente Instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as **PARTES**, juntamente com as **ANUENTES**, assinam o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Local, X de XXX de 2024.

SANTANDERPREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Nacionalidade:	Nacionalidade:
Estado civil:	Estado civil:
Profissão:	Profissão:
Identidade nº:	Identidade nº:
CPF nº	CPF nº

BANDEPREV – BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Nacionalidade:	Nacionalidade:
Estado civil:	Estado civil:
Profissão:	Profissão:
Identidade nº:	Identidade nº:
CPF nº	CPF nº

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Nacionalidade:	Nacionalidade:
Estado civil:	Estado civil:
Profissão:	Profissão:
Identidade nº:	Identidade nº:
CPF nº	CPF nº

BANCO BANDEPE S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Nacionalidade:	Nacionalidade:
Estado civil:	Estado civil:
Profissão:	Profissão:
Identidade nº:	Identidade nº:
CPF nº	CPF nº

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Identidade nº:	Identidade nº:
CPF nº	CPF nº